

UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

## Estudo Técnico Preliminar 2/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 23086.000312/2026-63

### 2. Objeto

Aquisição de insumos para atender demanda do Biotério Central da UFVJM.

### 3. Descrição da necessidade

O Biotério Central da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) desempenha um papel crucial no apoio às diversas pesquisas e aulas práticas que envolvem roedores. Para garantir a qualidade e a ética dessas atividades, é essencial adquirir materiais essenciais como ração e maravalha, que são fundamentais para a manutenção adequada desses animais. A alimentação correta, o conforto e a higiene são fatores primordiais para assegurar a validade das pesquisas e cumprir os preceitos éticos dos cuidados com animais de experimentação.

O Biotério neste contexto de apoio às pesquisas e aulas práticas desenvolvidas na UFVJM, necessita adquirir anestésicos utilizados para a eutanásia dos roedores, que é o modo humanitário de matar o animal sem dor e com o mínimo de estresse, após a realização das pesquisas e aulas práticas. De acordo com a norma vigente resolução normativa nº 37 de diretriz para a prática de eutanásia do CONCEA (Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal), uma maneira aceitável de eutanásia é a sobredosagem da associação de anestésicos dissociativos (Cetamina) e agonistas de adrenorreceptores alfa-2 (Xilazina).

A maravalha de pinus é amplamente utilizada para forrar as caixas de polipropileno onde os ratos e camundongos são alojados nos biotérios setoriais. Ela desempenha um papel importante na minimização do estresse causado pelo confinamento e deve ser trocada regularmente para promover o bem-estar dos animais. Essa rotina de troca é vital para manter um ambiente saudável e confortável, o que reflete diretamente na qualidade dos resultados das pesquisas.

A ração utilizada nas atividades de pesquisa deve ter uma composição nutricional bem definida e ser do tipo irradiada. O processo de esterilização por raios gama, com uma dose mínima de 10 g/kg, aumenta significativamente a validade da ração. Isso é particularmente vantajoso, considerando a distância da UFVJM dos locais de produção, permitindo uma melhor programação do uso desse insumo com pesquisadores e docentes. A esterilização garante que a ração permaneça segura e eficaz por um período mais longo, o que é crucial para a continuidade das pesquisas sem interrupções. Portanto, a aquisição desses materiais é necessária devido à demanda de diversos departamentos da Universidade que os utilizam em suas rotinas, tanto em aulas práticas quanto para dar continuidade a projetos de pesquisa em andamento ou que venham a se iniciar em 2025. A continuidade dessas atividades depende diretamente da disponibilidade desses insumos essenciais.

A ração deve ser adquirida da marca NUVILAB CR1 (irradiada), fabricada pela QUIMTIA S.A. Essa exigência se justifica pela contínua utilização dessa marca nas pesquisas e ensino com animais de laboratório na instituição, principalmente na área de nutrição, em intervenções dietéticas. Além disso, a composição e características das rações podem variar conforme o fabricante, e a troca da marca pode interferir nos resultados das pesquisas e aulas práticas em andamento, colocando em risco os dados obtidos durante muitos anos de investigações científicas. A consistência na utilização de uma mesma marca de ração é crucial para manter a integridade dos estudos longitudinais.

Conforme os dados disponíveis, pôde-se observar que a composição nutricional das duas rações do tipo irradiada encontradas no mercado, que atendem animais de laboratório, são similares em sua composição química, apresentando três concentrações distintas de ingredientes: extrato etéreo, fósforo e umidade. Apesar da similaridade entre as rações, a troca da ração oferecida pode ser prejudicial às pesquisas em andamento na instituição, pois a segunda opção não foi testada em termos de palatabilidade e a diferença na concentração de fósforo, extrato etéreo e umidade da ração poderia impactar a saúde dos animais. Portanto, é essencial manter a consistência na escolha da ração para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados das pesquisas.

## 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Biotério Central	Marco Polo Duarte Ferreira Filho

## 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização é de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, nos termos do art. 2º da Portaria Seges/ME nº 938, de 2 fevereiro de 2022, no entanto os itens objeto dessa contratação não estão contemplados no Catálogo Eletrônico de Padronização - Itens padronizados, que no momento possuem somente água mineral natural sem gás, café e açúcar.

Nos termos do Decreto nº 10.947/2022, do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022 e da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, o objeto da contratação está em conformidade com as diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável da UFVJM- PLS: PLS 2025/2028.

Os bens referentes a esta contratação deverão ser entregues pelo fornecedor, de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o fornecedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues, bem como deverá fornecer materiais novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e aceitação no mercado.

Para os critérios de sustentabilidade, observando o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (8º ed. Brasília: AGU, outubro, 2025), devem ser considerados os produtos fornecidos em embalagens de materiais reciclado, biodegradável, atóxico, sempre que possível, produzidos sem utilização de trabalho escravo ou infantil e com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais ou com menor uso de água e energia.

O prazo de entrega dos bens é de até 30 dias corridos, a partir do envio da Ordem de Fornecimento ao Licitante, via e-mail, em remessa única, no endereço abaixo:

**Divisão de Almoxarifado/UFVJM, Campus II** - Rodovia MGT 367 KM 583 nº 5000 Alto da Jacuba - Diamantina (MG), no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:30 horas em dias úteis.

Os bens serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para feito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e pelo que segue:

O prazo de validade do material na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

O fornecedor não poderá realizar a cobrança de frete.

A descarga e o manuseio dos materiais para entrega utilizam procedimentos manuais de total responsabilidade da parte do fornecedor, como por exemplo, a contratação de chapa ou ajudante, os riscos de todas as ordens pertinentes à atividade incluindo as trabalhistas, e ainda a prestação de socorro em caso de necessidade.

Os materiais devem ser entregues em embalagens originais contendo a data e número do lote de fabricação e prazo de validade.

O fornecimento de ração deverá atender integralmente às normas vigentes do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), devendo os produtos estar devidamente registrados e os fabricantes regularmente cadastrados e autorizados junto ao órgão competente.

Nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.077/2013, os produtos abrangidos pela Lei nº 6.360, de 1976, estão sujeitos a registro junto à Anvisa, observadas, quando aplicáveis, as normas de controle previstas na Portaria SVS/MS nº 344/1998.

Havendo algum fator que comprometa a qualidade do produto, como transporte inadequado ou mercadoria cuja embalagem se encontra avariada, a entrega do bem será recusada.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 8 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução o contrato.

A demanda por ração, maravalha e anestésicos é permanente, variável e diretamente proporcional ao andamento das pesquisas e das atividades acadêmicas. Em razão dessa oscilação e da impossibilidade de interrupção dos cuidados diários com os animais, faz-se necessária a modalidade de fornecimento contínuo, conforme preconiza o art. 6º, inc. XV da Lei 14.133/2021, assegurando entregas regulares e controle adequado de estoque, de modo a evitar faltas que comprometeriam o bem-estar animal, o andamento das pesquisas e o cumprimento de normas éticas e sanitárias.

Além disso, o fornecimento contínuo permite maior planejamento, reduz riscos de deterioração do material, sobretudo da ração irradiada e garante atendimento imediato às demandas que surgem conforme novos projetos de pesquisa são iniciados ao longo do exercício.

Conforme disposto nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Dessa forma, a contratação justifica-se pela natureza essencial e permanente dos insumos, pela necessidade de padronização e rigor científico, e pelo comprometimento institucional da UFVJM com o bem-estar animal e a qualidade das atividades acadêmicas e de pesquisa.

## 6. Levantamento de Mercado

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 20 da Lei 14.133/2021 e do Decreto nº. 10.818/2021, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com base em especificações usuais de mercado, o que viabiliza a adoção de critérios objetivos para a seleção da proposta mais vantajosa.

Com a finalidade de mapear os principais fornecedores e estimar os valores de mercado, o levantamento de preços foi realizado, primeiramente, por meio de pesquisa a contratações similares de outros órgãos públicos da administração pública federal, como mostra a Planilha Mapa de Preços (Anexo I). Essa abordagem permitiu identificar as características técnicas dos produtos, verificar sua compatibilidade com as exigências normativas e operacionais da Universidade e, ao mesmo tempo, garantir a economicidade e a viabilidade da contratação. Para complementar a pesquisa, foram realizadas pesquisas em sites eletrônicos, com potenciais fornecedores, bem como no portal da transparência através de notas fiscais eletrônicas.

Essa análise serviu para identificar inovações, tecnologias e metodologias que podem trazer mais eficiência, eficácia e padronização para as necessidades administrativas. Os dados obtidos com este levantamento são essenciais para a definição das especificações técnicas, dos critérios de julgamento e das estratégias de contratação.

Com isso, a Universidade garante que suas necessidades serão atendidas respeitando os princípios da Administração Pública, como eficiência, economicidade, qualidade e sustentabilidade.

Dessa forma, a opção pelo Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços com fornecimento contínuo revela-se tecnicamente justificada e juridicamente adequada, considerando que os bens a serem adquiridos se enquadram nas hipóteses previstas no art. 6º, inciso XV;

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

e dos inc. I, II e III, do art. 106, da Lei 14.133/2021:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem

Nesse contexto, justifica-se a contratação sob regime de fornecimento contínuo, com vigência plurianual, observados os limites legais, a disponibilidade orçamentária e a manutenção da vantagem econômica, com maior detalhamento no Termo de Referência.

## 7. Descrição da solução como um todo

As aquisições da instituição em atendimento ao dispositivo legal, são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Portanto, a aquisição de materiais de consumo para utilização nas atividades da instituição deverá ser realizada respeitando estes preceitos.

Devido às características da contratação e por se tratar de material de consumo, não há necessidade de manutenção e de assistência técnica.

Analizando as alternativas disponíveis e que atendam à necessidade da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada neste artefato, como pretensão aquisitiva, a ser efetivada mediante procedimento formal de compras, consistirá no Sistema de Registro de Preços com fornecimento contínuo para eventual e futura aquisição de material de natureza comum, conforme as especificações, as métricas, padrões mínimos de desempenho e de qualidade, limitado ao quantitativo estimado, estabelecidos pelo setor requisitante.

Devido às características da contratação e por se tratar de bem de consumo, não há necessidade de manutenção e de assistência técnica.

Não será permitida a adesão de órgãos não participantes à ata de registro de preços, uma vez que constitui prática não recomendada pelo Tribunal de Contas da União, por implicar em potenciais riscos à competitividade e a vantagem da licitação.

Ademais, nos termos do art. 7º, incisos I e XI, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a vedação à adesão à Ata de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de resguardar a adequada gestão da ata pelo órgão gerenciador.

A limitação tem como finalidade garantir o acompanhamento eficiente da execução contratual e a fiscalização da demanda dos órgãos participantes, evitando sobrecarga administrativa e operacional que comprometa a qualidade do gerenciamento.

Além disso, buscar e assegurar que o quantitativo registrado esteja compatível com a real capacidade de atendimento do fornecedor e com os recursos logísticos e operacionais do órgão gerenciador.

Dessa forma, a vedação à adesão visa preservar os princípios da eficiência, planejamento e controle na execução do Sistema de Registro de Preços, em conformidade com as competências e responsabilidades atribuídas ao órgão gerenciador.

A IRP será divulgada, ressalvando-se que a divulgação somente poderá ser dispensada quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante. Essa regra está prevista no art. 86, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e no art. 9º, caput e § 2º, do Decreto nº 11.462/2023.

A presente licitação tem por objeto contrato de fornecimento continuado, cuja execução demanda regularidade, padronização, capacidade operacional permanente e garantia de abastecimento ininterrupto.

Nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, a Administração Pública poderá estabelecer tratamento diferenciado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), inclusive mediante reserva de cota de até 25% para bens de natureza divisível.

Entretanto, o art. 49 da mesma Lei dispõe que o tratamento diferenciado não será aplicado quando:

- não for vantajoso para a Administração Pública;
- representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
- não houver número mínimo de fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP capazes de cumprir as exigências do edital.

Além disso, conforme dispõe o art. 5º da Lei nº 14.133, as contratações públicas devem observar os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, competitividade e interesse público.

No caso concreto, por se tratar de **fornecimento continuado**, a eventual divisão do objeto com reserva de cota para ME/EPP pode:

- comprometer a padronização e a uniformidade dos bens fornecidos;
- dificultar a gestão e fiscalização contratual;
- gerar risco de descontinuidade no abastecimento;

- aumentar custos operacionais e administrativos;
- comprometer a economia de escala necessária à vantajosidade da contratação.

O fornecimento contínuo exige capacidade logística, estrutura operacional consolidada e regularidade de entrega ao longo de toda a vigência contratual, fatores que podem ser prejudicados pela fragmentação do objeto.

Dessa forma, considerando que o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 não possui caráter absoluto e deve ser aplicado quando técnica e economicamente viável, justifica-se, com fundamento nos arts. 48 e 49 da referida Lei e nos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, **a não adoção de cota exclusiva ou reservada para ME/EPP nesta contratação.**

A decisão encontra-se devidamente motivada, visando resguardar a continuidade do serviço, a eficiência administrativa e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades dos itens a serem adquiridos foi realizada com base em análise detalhada dos documentos constantes do SEI nº 2038370, nos quais estão registradas as entradas e saídas de insumos de ração, maravalha e anestésicos. Esses registros são fundamentais para garantir que as necessidades nutricionais dos animais sejam atendidas de forma eficaz. A aquisição de ração e maravalha é essencial para garantir a saúde e o bem-estar dos animais, além de atender aos preceitos éticos preconizados no uso de roedores em pesquisas científicas e aulas práticas. Isso inclui o cumprimento de normas rigorosas que visam minimizar o estresse e garantir condições adequadas para os animais.

Além disso, a ração de qualidade contribui significativamente para a precisão e confiabilidade dos resultados dos experimentos, pois animais mal nutridos podem apresentar resultados inválidos ou inconsistentes. A nutrição adequada é um fator crítico na obtenção de dados científicos válidos, uma vez que a saúde dos animais pode influenciar diretamente os resultados das pesquisas. Portanto, a compra regular de ração é crucial para assegurar a continuidade dos estudos, evitando interrupções devido à falta de alimento, o que poderia comprometer a integridade dos projetos de pesquisa.

É importante ressaltar que esses animais são utilizados em projetos de pesquisa da UFVJM, que dependem dos materiais objeto desta aquisição. Esses projetos são fundamentais para o avanço do conhecimento científico e para a formação de profissionais qualificados na área. A disponibilidade contínua de ração e maravalha é, portanto, uma condição necessária para o sucesso desses projetos.

As informações foram compiladas e analisadas cuidadosamente, resultando em um quantitativo total de 200 sacos de ração, 600 sacos de maravalha, 60 frascos de xilazina e 100 frascos de cetamina. Esse total é justificado pela variação nas quantidades de ração, maravalha e anestésicos necessárias ao longo do período de realização dos experimentos. Além disso, considera os prazos necessários para a finalização dos experimentos e dos trâmites do processo licitatório, incluindo as fases interna e externa, bem como a emissão de empenho e entrega dos itens. A disponibilização dos itens aos usuários também foi levada em conta, garantindo que todos os envolvidos nos projetos tenham acesso aos recursos necessários em tempo hábil.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 108.665,60

Como método para estimar os valores para a referida contratação, a Administração realizará pesquisa de preços obedecendo às disposições da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 5 DE AGOSTO DE 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme transcrito abaixo:

Art. 1º. A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado;

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Para todos os itens será realizada a pesquisa inicialmente no Painel de Preços e Portal de Compras Governamentais, os demais parâmetros serão utilizados quando não houver sucesso na pesquisa nos referidos sites.

Para definição da metodologia com objetivo de estimar o preço de referência será observado o disposto na IN nº. 65, de 7 de julho de 2021, e para o preço estimado com base única nos sistemas oficiais do governo será utilizado a mediana.

O mapa de preços contendo os preços unitários dos itens e a estimativa do valor da contratação encontra-se no Apêndice deste ETP.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

No processo licitatório, a adjudicação se dará por item, nos termos do art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e da Súmula/TCU 247, a saber:

Art. 2º. [...]

§ 1º. O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

Súmula nº 247 TCU - É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Dessa forma, será realizada licitação para aquisição dos insumos para o Biotério da UFVJM, em conformidade com o § 1º do art. 82 da Lei nº 14.133 /2021.

A adjudicação se dará por itens, não havendo ofensa à Súmula nº 247 do TCU, no entanto, em relação aos itens 3 e 4, a adjudicação será realizada por grupo, conforme a fundamentação a seguir:

### 1.1. Fundamentação Legal

A modelagem da presente contratação observa o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto:

- ao dever de planejamento;
- à busca da proposta mais vantajosa;
- ao princípio da economicidade e eficiência;
- à avaliação da divisibilidade do objeto.

Nos termos da legislação vigente, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Todavia, a própria norma admite solução diversa quando a divisão comprometer a economia de escala, a eficiência administrativa ou a adequada execução contratual.

Assim, a decisão quanto à formação de grupos de itens decorre de análise técnica e econômica realizada nesta fase preparatória.

### 1.2. Análise da Natureza do Objeto

O objeto da contratação consiste no fornecimento contínuo de material anestésico, compreendendo medicamentos, insumos e materiais correlatos utilizados em procedimentos cirúrgicos e terapêuticos.

Trata-se de:

- itens tecnicamente correlatos;
- insumos com consumo contínuo e previsível;
- materiais cuja indisponibilidade pode comprometer a assistência à saúde;
- produtos usualmente comercializados por fornecedores especializados com portfólio integrado.

A fragmentação excessiva do objeto em múltiplos itens isolados implicaria multiplicidade contratual e possível descontinuidade no abastecimento.

### 1.3. Justificativa Técnica para Formação de Grupos

A formação de grupos de itens foi adotada com base nos seguintes fundamentos técnicos:

#### a) Integração logística

Os itens agrupados possuem relação funcional direta dentro da cadeia de uso e comercialização, sendo operacionalmente vantajoso que o fornecimento ocorra de forma integrada.

#### b) Padronização e compatibilidade

A aquisição por grupo favorece:

- padronização de marcas e especificações;
- compatibilidade entre insumos;
- redução de risco de intercorrências técnicas.

#### c) Garantia de abastecimento contínuo

A centralização do fornecimento reduz riscos de:

- ruptura de estoque;
- atrasos decorrentes de múltiplos contratos;
- dificuldades na coordenação de entregas simultâneas.

### 1.4. Justificativa Econômica

A modelagem por grupo demonstra viabilidade econômica para a Administração pelos seguintes fatores:

#### I – Economia de escala

A contratação agrupada possibilita melhores condições comerciais, com:

- descontos por volume;
- redução de custos unitários e otimização logística;
- maior poder de negociação.

#### II – Redução de custos administrativos

A adjudicação por item isolado acarretaria:

- multiplicidade de contratos;
- maior custo de gestão e fiscalização;
- aumento de encargos operacionais;
- maior carga de trabalho para a Administração.

A formação de grupos reduz tais custos indiretos, atendendo ao princípio da eficiência.

#### III – Racionalização da gestão contratual

A diminuição do número de fornecedores:

- simplifica o acompanhamento contratual;
- reduz risco de inadimplemento parcial;
- melhora o controle de desempenho.

### 1.5. Compatibilidade com a Jurisprudência do TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio de sua jurisprudência consolidada (ex.: Súmula 247), estabelece que:

- a adjudicação por item é regra quando o objeto é divisível;
- contudo, o agrupamento é admissível quando demonstrada sua vantajosidade técnica e econômica;
- deve haver justificativa expressa no processo administrativo;
- não pode haver restrição indevida à competitividade.

A presente modelagem:

não restringe a competitividade de forma indevida;

agrupa apenas itens tecnicamente correlatos;

demonstra ganhos logísticos e econômicos;

preserva a ampla participação de fornecedores do ramo;

está devidamente motivada neste Estudo Técnico Preliminar.

Dessa forma, a opção pelo agrupamento encontra respaldo tanto na legislação vigente quanto na orientação do controle externo.

Assim, resta tecnicamente justificada a adoção do critério de julgamento por grupo para os itens cetamina e xilazina no presente certame.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As contratações públicas precisam ser pensadas de forma sistêmica e integrada. Para tanto, na etapa de planejamento faz necessário verificar a existência de correlação ou de interdependência entre eventuais contratações, as quais podem impactar, sobremaneira, a solução pretendida com a nova contratação.

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal.

Contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas combinadas ao objeto principal para sua completa prestação.

No caso em apreço, não se vislumbram contratações correlatas e/ou interdependentes para o objeto a ser contratado.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

No âmbito da UFVJM, o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2024-2028, disponível no documento PDI 2024/2028, ao englobar elementos que influenciam a melhoria da qualidade do ensino, na uniformidade das tarefas administrativas e na otimização da gestão financeira, ele colabora para os objetivos de eficiência, eficácia, efetividade e transparência na gestão pública, estando a sua forma de apresentação disciplinada pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, visando promover ações de valorização e melhoria do trabalho docente nos cursos de graduação, engendrando esforços para a diversificação e melhoria de recursos tecnológicos e infraestrutura para a atuação pedagógica docente, sendo uma necessidade institucional para alcançar metas e objetivos.

Observando as diretrizes do Decreto nº 10947/22, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, os itens e quantidades que se pretende adquirir foram previstos no PAC/2026, de acordo com os objetivos disposto no seu art. 5º, alínea I a V.

O Plano Anual de Contratações 2026 está disponível para consulta no Portal da UFVJM em: <https://pncp.gov.br/app/pca?pagina=1>

Os números do DFD - Documento de Formalização de Demanda do setor requisitante para ração, maravalha e anestésicos, são respectivamente: 118 /2025, 124/2025 e 125/2025.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição contínua e planejada de materiais essenciais, tais como ração animal, maravalha e anestésicos veterinários, configura-se como medida estratégica para assegurar a regularidade, a eficiência e a qualidade das atividades acadêmicas, de pesquisa, de extensão e de assistência veterinária desenvolvidas pela UFVJM.

Espera-se que a contratação sob regime de fornecimento contínuo contribua para a manutenção adequada das condições de manejo, higiene, alimentação e cuidado com os animais, garantindo o atendimento às normas sanitárias, éticas e de bem-estar animal, bem como a continuidade das atividades institucionais sem riscos de desabastecimento.

Adicionalmente, a adoção de um planejamento estruturado para o fornecimento desses materiais possibilita maior previsibilidade orçamentária, racionalização de recursos públicos e redução de custos administrativos, ao evitar contratações emergenciais ou fragmentadas. Como resultado, a UFVJM fortalece sua excelência acadêmica, amplia seu compromisso social e contribui de forma consistente para o desenvolvimento sustentável das regiões em que está inserida, por meio da formação qualificada, da produção de conhecimento e da prestação de serviços à sociedade.

## 14. Providências a serem Adotadas

Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 95 II da Lei 14.133/2021 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões:

Não há complexidade na presente licitação e a entrega do material será em conformidade com a demanda da Instituição, não comprometendo o cumprimento das obrigações.



A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação. A exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

Não se aplica capacitação dos servidores e adequação do ambiente.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

Não haverá impactos ambientais para os itens de consumo que se pretende adquirir. Os resíduos que poderão ser gerados serão acondicionados em recipiente e local adequados e posteriormente recolhidos pela empresa contratada pela UFVJM que faz o descarte correto destes resíduos sob a gestão da Assessoria de Meio Ambiente.

Após a troca das caixas dos animais, a maravalha é devidamente armazenada em sacos plásticos, que são acondicionados em bombonas localizadas em salas externas aos prédios, próprias para o armazenamento de resíduos biológicos. Semanalmente, a maravalha é recolhida pela Coordenação de Meio Ambiente, em veículo próprio, e destinada ao setor de compostagem da universidade.

Geralmente as coletas ocorrem quinzenalmente, e/ou programada, de acordo com a demanda.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação é viável, considerando que a contratação está prevista no Plano de Contratações Anual/2025, bem como o presente planejamento foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 58/2022/SEGES/ME e legislação que trata da matéria. Os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis, devendo a área requisitante priorizar o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que as informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar deverão estar disponíveis para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCO POLO DUARTE FERREIRA FILHO**

Técnico de Laboratório/FCBS



*Assinou eletronicamente em 06/03/2026 às 09:02:50.*

**NELMA MARIA FERREIRA**

Assistente em Administração/Divisão de Compras



*Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 10:34:51.*